

■ Os estudos históricos e a análise do Discurso

RODRIGO OLIVEIRA FONSECA

Mestre em História pela PUC-Rio, Doutor em Estudos da Linguagem pela UFRGS, e pesquisador associado do PPGEL UNEB/Fapesb, com bolsa do CNPq de Desenvolvimento Científico Regional.

Resumo: O artigo identifica alguns problemas quanto ao peso e às possibilidades de investigação do real histórico em meio aos princípios e procedimentos da análise materialista do discurso (AD): as tentativas de des-marxistização; a simples alusão à História; a apreensão de efeitos de sentido dissociados dos processos de deslocamento ideológico e do advento do irrealizado histórico que formam sentido no interior do sem-sentido. São abordados alguns avanços efetivos e limites virtuais no trabalho de Pêcheux com os estudos históricos, e se propõem algumas reflexões estratégicas quanto às categorias de trabalho, totalidade, processo e subjetivação.

Palavras-chave: Michel Pêcheux. História. Materialismo. Subjetivação.

Resumen: El artículo identifica algunas cuestiones en relación con el peso y las posibilidades de investigación del real histórico en medio de los principios y procedimientos del análisis materialista del discurso (AD): los intentos de des-marxistización; una simple alusión a la Historia; la aprehensión de efectos de sentido de manera disociada del desplazamiento ideológico y del advenimiento del irrealizado histórico que forman sentido en el interior del sin-sentido. Son observados algunos avances efectivos y límites virtuales en el trabajo de Pêcheux con los estudios históricos, y se proponen algunas reflexiones estratégicas en cuanto a las categorías de trabajo, totalidad, proceso y subjetivación.

Palabras clave: Michel Pêcheux. Historia. Materialismo. Subjetivación.

Se na conjuntura política estamos atentos aos fundamentalismos do neocapitalismo, das políticas de mercado, da mundialização, etc., na conjuntura teórica estamos atentos aos funcionalismos, aos modelos da semiologia e do cognitivo que hoje disputam o lugar da psicanálise, da linguística e do marxismo, enquanto metáforas para se compreender e fazer compreender a análise do discurso.

(ORLANDI, 2011)

Preâmbulos

Se, no universo de questões da análise materialista do discurso (doravante AD), para falar diferentemente há de se falar a mesma língua; se o que não se diz determina o sentido frente àquilo que se diz; e se um dizer sempre é assediado por outros no seu acontecimento real, desenhasse assim, a partir dessa grande “esquina” de investigações chamada *discurso*, todo um programa de estudos: 1) do sistema da língua sobre uma base de transformações e torções da História que o desestabiliza em suas regras; 2) toda uma série de procedimentos referentes à suspensão do que se diz e ao levantamento histórico do que não se diz e faz sentido; e, não menos importante, 3) uma questão de responsabilidade ética, política e científica pela qual se afirma a impossibilidade de se compreender algo desde um ponto absoluto, sem outro e sem real.

Enquanto historiador e analista do discurso tem me tocado, em especial, o que diz respeito aos *procedimentos* de análise, ciente de que na tensão que Michel Pêcheux buscava estabelecer entre os estudos da Língua e da História a balança evidentemente pendeu – sem que isso implicasse esterilidade – para o lado da Língua (COURTINE, [1992] 2006, p. 41), de modo que a dimensão instrumental e positiva própria da linguística seduziu e pesou mais que a dimensão crítica-heurística dos estudos históricos, sem lugar cativo no coração da concepção althusseriana do materialismo histórico a qual Pêcheux experimentou os limites (FONSECA, 2012).

Exemplo desse desequilíbrio é o sintomático desconforto dos historiadores franceses com um “aparato de leitura muito técnico, muito pesado” (MAZIÈRE, 2007, p. 90), e também análises como a realizada por Patrick Seriot sobre o discurso político soviético, que Jean-Jacques Courtine (2006) entende encerrar-se numa perspectiva gramatical do funcionamento das nominalizações e pressupor uma forma-sujeito eterna de Stálin a Gorbatchov.

Busco apreender conjuntamente em minhas investigações as faltas e falhas – a *equivocidade* – no sistema/real da Língua, e as persistências e resistências – a *equivocidade* (FONSECA, 2012) – nos processos (no real) da História, encarando o fato de que uma proposta tão desafiadora como a projetada e provocada por Michel Pêcheux e sua equipe não poderia ser feita a um só golpe, nem em “três épocas”, sem a necessidade *infinita* de revisitações, ajustes e aprofundamentos. Esta para mim é uma postura essencialmente ética, política e científica, que se desvencilha de algumas tentativas de des-marxistização (e des-psicanalização) da AD, como a que se faz mediante a mobilização de alguns nomes próprios da equipe de Pêcheux, como o do próprio Jean-Jacques Courtine. Desse modo, se faço algumas referências a Courtine aqui, elas nada têm a ver com uma tentativa qualquer de diluição ou apagamento do fato de que a AD é um empreendimento teórico-analítico alavancado pelos estudos marxistas da ideologia no campo da linguagem, pela investigação das condições verbais de existência dos objetos ideológicos. É algo que pode ser reconhecido no bojo do projeto alimentado por Pêcheux desde os seus primeiros escritos, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, ao propor uma “escuta social” munida de instrumentos científicos (da linguística, da psicanálise e da História) capaz de instaurar uma ciência das ideologias (HERBERT, [1966] 2011).

Não por acaso é justamente aí, na fragilização dos vínculos da AD com a investigação do real da língua, do

descentramento do sujeito e dos processos ideológicos que algumas investidas institucionalizantes abrem flancos para o avanço dos empirismos e das posições reformistas e mesmo (neo)liberais no espaço teórico-político conquistado pela AD – sistematicamente assediado, evidentemente. É o caso de se ter em vista as razões pelas quais as duas ciências que animam o projeto pecheutiano – as ciências da conflitividade moderna (ALTHUSSER, [1976] 1984), o marxismo e a psicanálise – sofrem constantes reapropriações produtoras de desvios de seus *núcleos essencialmente políticos*: o inconsciente, o desejo, a mais-valia, a luta de classes. Há de se saber também que elas tendem a não encontrar porto seguro no regaço da universidade (HENRY, [1977] 1992), e, conjuntamente, sem ingenuidade ou resignação, reconhecer aquilo com o que se falta, em relação à AD, quando faltamos com as questões da luta de classes e dos processos inconscientes que a atravessam: os impasses/inflexões das transformações históricas e aqueles da constituição de subjetividades contra-hegemônicas, impensáveis sem a consideração das formas históricas de assujeitamento e das muitas rupturas e brechas que social, inconsciente e pragmaticamente não cessamos de tentar suturar.

A simples alusão à História ou à luta de classes é por demais insuficiente à compreensão dos processos discursivos e ideológicos em sua concretude, o que acaba facilitando o seu *dis-pensamento* e substituição por abordagens empiristas e fragmentárias, num tempo histórico atravessado por processos que, em muitas partes do globo, vêm assegurando a expropriação de direitos dos trabalhadores e ampliando a disponibilidade de uma força de trabalho fortemente precarizada sob a direção social e política de entidades empresariais e de sua lógica, que se valem à exaustão, por exemplo, do modelo ideológico do “pobre empreendedor”. Pensando o presente, diante das coerções sofridas por trabalhadores destituídos de identidade classista e conduzidos à responsabilidade de

terem de gerir eles próprios a sua força de trabalho de modo empresarial, aumentando a sua produtividade e rebaixando os seus custos (FONTES, 2010), a AD tem um imenso campo para a desconstrução das evidências ideológicas do neoliberalismo – *flexibilidade, voluntariado, empreendedorismo, inclusão*, etc. – e das práticas ideológicas que os seus resultados acabaram desencavando, como a xenofobia, os regionalismos e os integristas. Acredito que a intervenção da AD nessa seara ideológica demanda o desenvolvimento radical (mas não “celibatário”) dos estudos históricos e discursivos em direção às formas contemporâneas de assujeitamento e de subjetivação, que respondem ao par estrutura-acontecimento discutido por Pêcheux.

Michel Pêcheux, as estruturas e os acontecimentos

Assim como Michel Pêcheux recusou defender Marx ou se defender em Marx (PÊCHEUX, [1983] 1997a), julgo não apenas pertinente como necessário fazer a crítica do *estado da arte* da AD voltando-a para elementos de seu interior teórico. Justiça seja feita, esta foi uma postura comum a Pêcheux e a todos os discípulos conhecidos do mestre Althusser, coerente à compreensão de que o trabalho de superação de uma ciência é infinito. Por exemplo, Alain Badiou (1969) critica a identificação operada por Louis Althusser entre *conceito* e *definição*. Para Badiou, uma definição seria apenas “a introdução de um símbolo abreviador”, enquanto que “[...] os conceitos de uma ciência são necessariamente palavras não definidas”, e “[...] a regularidade da eficácia de um conceito depende da transparência do código no qual ele figura, isto é, da sua materialização virtual” (1969, p. 20). Não posso concordar com os termos da crítica, que acabam traçando definições, preferindo chamar a atenção para o método de exposição trabalhado por Marx n’*O Capital*, pelo qual os conceitos se movimentam todo o tempo,

jamais se deixando configurar enquanto definições, o que frustra tremendamente aos leitores de manuais e pode confundir aos leitores desavisados (IASI, 2007, p. 103-106). *Conceito* em Marx representa não uma forma de dizer (seja ela “opaca ou transparente”), mas sim uma forma de pensar e expor, caracterizada por momentos de aproximação, desvio, aprofundamento, retorno..., enfim, caracterizada pelos seus movimentos.

Os últimos escritos de Pêcheux são reveladores dos seus movimentos, inquietações e ambições radicais quanto ao prosseguimento da AD, como é o caso de sua última intervenção pública, apresentada na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, fronteiras, restrições”, em julho de 1983, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign (PÊCHEUX, [1983] 1997a). Ao tomar o discurso em sua dimensão *estrutural*, Pêcheux considera o real próprio da língua, sendo ele inseparável do papel do equívoco, da elipse, da falta, da poesia, representando desse modo o cerne das condições verbais deslizantes da existência concreta dos objetos ideológicos. De modo a não cairmos num amolecimento teórico, defende Pêcheux (1997a): há que se construírem procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente esse fato linguístico do equívoco, e neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”.

Tomando esta condição material dos discursos e das ideologias como um *real específico*, importa não sucumbir às facilidades pressupostas no início da teorização pecheutiana em relação à sintaxe, antes concebida enquanto área de estudos fornecedora de relações e regras neutras e opacas desde o lugar da enunciação, um meio capaz de atingir processos invariantes subjacentes a variações de superfície e conhecer o funcionamento da língua em relação a ela mesma (PÊCHEUX, [1969] 1997d). Mais do que sobre qualquer outro campo, foi no coração dos estudos da

linguagem que a AD mais interveio e mais produziu conhecimento – o que pode ser bem avaliado em *A língua inatingível* (PÊCHEUX; GADET, [1981] 2004). A capacidade de construir o unívoco, baseada em estabilidades (pontos de estabilização) morfológicas e sintáticas, é vital para as ciências, as tecnologias e a administração em geral, mas fora destes domínios as línguas naturais (ou a linguagem, se quisermos nos afastar da língua artificial-positivista concebida formalmente como mero corpo de regras) funcionam sob o motor de uma *contínua “desestabilização” da univocidade* (GADET et al, [1982] 2011, p. 56), sendo assim irredutíveis a uma ordem homogênea, representando antes, cada uma delas, um real específico (de determinada língua) na forma de “um sistema de regras atravessado de falhas” (GADET et al, [1982] 2011, p. 65). Cada língua tem o seu impossível de ser dito e impossível de não ser dito, propiciando interpretações divididas/conflitantes em razão de fatores que não são de natureza linguística, o que nos remete ao lugar da História e dos processos ideológicos no campo da discursividade.

Ao tomar o discurso em sua dimensão de *acontecimento*, Pêcheux, ([1983] 1997a) traz a necessidade de se trabalhar no interior da AD a escuta das circulações cotidianas em suas heterogeneidades e contradições, para além da tradicional leitura dos Grandes Textos e dos arquivos homogêneos – numa referência autocrítica às primeiras experiências com o dispositivo de análise proposto em 1969, pautado numa suposta homogeneidade das condições de produção de um *corpus* de textos que, inclusive, ajudou a sustentar a ideia de sujeitos plenos e centrados, reduplicações perfeitas de um Sujeito que não iam além de um *eu* imaginário. Ou seja, efeitos plenos de uma primeira presença dos estudos históricos e da psicanálise, uma presença acanhada e, como dizemos em linguagem política, voluntarista, e além do mais, menos trabalhada do que aludida.

Não me parece, entretanto, que tenha ocorrido na segunda metade dos anos 1970 algum “doloroso encontro de Pêcheux com a história” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 27), e sim um desenvolvimento no interior do campo da AD das perspectivas trabalhadas com grande empenho por seus historiadores, que diversificaram as abordagens das *formações discursivas* (pensado os efeitos de conjuntura em seu interior), puseram em xeque o trabalho anterior com os *corpora* e questionaram fortemente o conceito de *condições de produção do discurso* – ou o abandonaram, como aponta Jacques Guilhaumou (2009, p. 31), em razão de traficar a concepção de “situação de comunicação” e conduzir para uma investigação analógica de tipo sociolinguístico. Em minha tese (FONSECA, 2012) fiz a discussão das condições de produção do discurso a partir de procedimentos historicizantes ao longo das análises, e não somente na conformação dos *corpora*.

Também é de se notar a imensa contribuição dos analistas linguistas que, explorando a produção dos efeitos de linearidade, realizavam tardiamente, no início dos anos 1980, o próprio programa de *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, [1975] 1997c) no que se refere à presença do interdiscurso no intradiscurso (MALDIDIÉ, [1990] 2003, p. 84). Deste modo, tanto pelo lado da História, quanto da Psicanálise e da Linguística, foram trabalhadas vias de sustentação e avanço da teoria do discurso sobre os primeiros dispositivos negligenciadores da exterioridade (e) do interdiscurso, princípio de funcionamento da discursividade a partir daquilo que fala antes, alhures e independentemente.

Além disso, no campo do materialismo histórico, Michel Pêcheux, nos seus últimos anos de vida – que foram de intensa e vigorosa produção –, pende mais para a historiografia marxista inglesa e para Antonio Gramsci do que para o marxismo-leninismo, e acompanha, em linhas gerais, a trajetória de embates públicos de Louis Althusser

com a política da direção do Partido Comunista Francês no final dos anos 1970. Textos como *Delimitações, inversões e deslocamentos* (PÊCHEUX, [1982] 1990) e *Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal* (PÊCHEUX, [1982] 2011a) evidenciam a sua compreensão fina dos dilemas em torno dos partidos comunistas e dos regimes socialistas no campo do pensar radical crítico-marxista, respondendo assim a um problema-chave por ele levantado: “[...] a dificuldade do marxismo seria que ele enfrenta aparentemente as maiores dificuldades em aplicar essa crítica [da ideologia burguesa] também... a si mesmo!” (PÊCHEUX, [1981] 2011b, p. 139). E Michel Pêcheux busca compreender estas dificuldades da “teoria marxista”, religião estatal no “socialismo existente”, recusando qualquer leitura de seus *desvios*, de alguma *prisão no passado* ou uma *deficiência teórica*: lança-se à investigação de uma questão histórica concreta, no caso a forma pela qual o “socialismo existente” inscreve sua relação na história do desenvolvimento capitalista (PÊCHEUX, [1982] 2011a).

Tendo já realizado a crítica do que “ia bem demais” na teoria do discurso e seu cercamento dos mitos da ideologia dominante (PÊCHEUX, [1978] 1997b), Michel Pêcheux, sob a dupla exigência de se atentar para a materialidade da língua e das lutas ideológicas, defende naquela sua última conferência que a investigação do discurso deve se dar tanto em seu aspecto estrutural como no acontecimental, ou melhor, que o seu estudo se faça através da análise do real específico da equivocidade sígnica e das formas de assujeitamento e deslocamentos ideológicos que o determinam. Desse modo, compreendo o trabalho de descrever, que explora o desenvolvimento das ciências da linguagem, e o trabalho de interpretar, a explorar o desenvolvimento dos estudos históricos, sendo que, na investigação dos processos discursivos, as duas operações tendem a não ser discerníveis entre si. O real da língua sofre a manipulação de significações estabilizadas,

dos sentidos normatizados e administrados pela higiene pedagógica do pensamento, que pressionam no sentido da univocidade, mas sofre também as transformações do sentido, num trabalho do sentido sobre o sentido, definido pelas tensões e conflitos históricos. As interpretações podem assim ser descritas enquanto tomadas de posição e efeitos de identificação possibilitados pelos pontos de deriva – marcados ou não – que trabalham em quaisquer textos, e que se abrem para (ou mesmo exigem) redes de memória como condição do sentido.

A consideração conjunta dos fatores estruturais e acontecimentais do discurso implica a recusa das dicotomias e complementaridades e faz assim implodir a inscrição estruturalista que marcou o início do empreendimento pecheutiano. Pêcheux critica a concepção aristocrática do estruturalismo em relação ao acontecimento e às transformações, de modo análogo ao que outro pesquisador marxista, Henri Lefebvre, diz do estruturalismo em sua dimensão ideológica, afeita ao equilíbrio e ao *status quo* (citado por DOSSE, 1992, p. 232). Através das seduções do estruturalismo em suas muitas vertentes foi possível encomendar e pregar peças no real, dado o estranho gosto do homem estrutural, aquele da filosofia e da atividade técnica estruturalista:

[...] o homem estrutural, diremos que ele prefere ostensivamente a perna mecânica à perna viva. Certamente a perna mecânica é útil e funcional. Incontestavelmente, é mais inteligível do que a perna viva que ela substitui. Ela a simula tanto quanto possível. Não está mesmo excluído que ela revele algumas estruturas escondidas. Mas não podemos responder ao nosso homem estrutural que só a perna viva tem *sentido*, o da vida, se bem que ela não tenha o caráter *acabado* (e desmontável) de sua simulação artificial? Este sentido, a perna viva, parte de um todo vivente, o possuía antes da construção do simulacro. Não somente ela tem funções e uma forma, mas ela se forma. Tem uma história e se refere a uma

história, aquela do indivíduo, aquela da espécie. A vida e sua história se reduziriam ao resíduo ininteligível e irracional que permite a construção de simulacros? (LEFEBVRE, 1967, p. 84-85, grifos do autor).

Contrariamente à anulação estruturalista disso que para além de *ter forma* cotidianamente *se forma*, Jacques Rancière, outro discípulo de Althusser (brigado com o mestre desde as jornadas de 1968), afirma que “[...] não é apenas em momentos de exceção e pela ação de especialistas da ironia [crítica a R. Rorty] que o consenso exclusivo se desfaz” (RANCIÈRE, 1996, p. 70). Eis que o cotidiano – tema que se impõe à historiografia e à esquerda desde o final dos anos 1970, e que chega a Pêcheux através da sua aproximação com Michel De Certeau – não é tão-somente a urgência na reprodução da vida, não é uma circularidade fechada. O humor e o traço poético (e o inconsciente) não são exclusividades das elites. A transformação não se dá no momento heroico solitário do teórico e do poético. Isso pode ser compreendido pelo princípio mesmo do real histórico, que Pêcheux chama de “discurso-outro”, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica. Ou, na expressão *lacano-hegeliana* de Slavoj Žižek (2009, p. 155), a pressão do Grande Outro como substância social.

Esse *outro insistente* enquanto lei sócio-histórica parece-me uma brecha para refletir, no interior da teoria do discurso, acerca da categoria da *totalidade*, para além da forma althusseriana do *todo complexo com dominância*. É a categoria da totalidade que, basilar na consideração do interdiscurso, sustenta toda reflexão em torno da *contradição* nos processos discursivos. Claro que a totalidade não deve ser tomada como abstração metafísica e expressividade do todo nos seus elementos (redução ao “modelo do eu”, nas palavras de Bernardo ([1991] 2009, p. 73)), não uma totalidade que se forma livremente enquanto recurso do pensável, nem como

pressão unificadora do imaginário, mas a totalidade que antes de virar conceito (e como condição para tal) se calça no processo social material concreto, na multiplicidade de seres objetivamente reunidos pela prática social histórica (unidade do diverso), e não por elementos isolados, particularidades empíricas (SAMPAIO; FREDERICO, 2006, p. 125). Ou ainda, a totalidade como o complexo de relações da sociedade civil, “modelo do todo estruturado, com mecanismos de causalidade complexos” (BERNARDO, [1991] 2009, p. 75).

Vale dizer também que por *processo social*, seguindo a orientação marxista da AD, tem-se uma concepção não subjetivista, não reducionista e não teleológica da histórica (HENRY, 1994, p. 41-42), constituindo-se, na verdade, em *processos*, realidades contraditórias entre si e não completamente unificadas. Isso ao mesmo tempo permite apreender a contradição não como lógica da integração de opostos, mas como o real movente da História – numa apreensão dialética que não se traduz no pensamento astuto e questionador, com gosto, disposição e capacidade para torneios, à moda da velha dialética.

A partir dessa consideração pecheutiana quanto ao “discurso-outro” podemos entender por que qualquer identificação nunca é plena (não sendo jamais “qualquer”), por que há deslizamentos, derivas (localizáveis, determináveis), e por que há injunção à interpretação, em todos os espaços sociais, a partir das filiações históricas e seus confrontos. Eis a passagem desse texto de Pêcheux que se tornou clássica, com justiça:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, [1983] 1997a, p. 56).

Ou seja, o discurso é *efeito* e *trabalho*, *trabalho* e *efeito*. Captura e deslocamento, filiação e militância. Esse duplo estatuto merece ser aprofundado nos estudos da discursividade, de modo a que a transformação não seja única e exclusivamente vista como um efeito, resultado de uma falha, de um acidente ou do desenvolvimento inexorável das forças produtivas. Podemos, inclusive, retomar uma das *conceituações* célebres de Pêcheux e dizer que o discurso também é *trabalho* de interlocutores sobre o sentido em uma conjuntura dada de uma determinada formação social.

O trabalho dos sujeitos, empirismo e materialismo

Quando escrevo *discursividade* me separo de Eni Orlandi (2001), que a toma enquanto inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história. Penso que não há nenhum problema com essa definição além do fato de que ela pode obscurecer a dimensão do *trabalho* dos sujeitos no campo dos sentidos, o trabalho de subjetivação, a partir da nominalização “inscrição”, a apagar justamente aquilo que de modo dialético sujeita e se assujeita às falhas da língua, razão de deslocamentos (nas redes interdiscursivas, na memória dos dizeres) que não são sobrenaturais ou mecânicos. Todo cuidado é pouco para que a História não apareça como campo inerte e pano de fundo de “inscrições de efeitos”. É por existirem processos contraditórios de capturas e deslocamentos que há, de fato, sociedades e História, e não uma integração supra orgânica perfeita ou uma caótica justaposição de animais em interação – como determinada leitura foucaultiana pautada na descontinuidade histórica pontual poderia deixar passar (PÊCHEUX, [1983] 1997a).

Tomando sempre a teoria como prática intervencionista e engajada, a indiana Gayatri Chakravorty Spivak ([1985] 2010) discute o empirismo de Foucault nos desdobramentos de uma cumplicidade diante dos

deslocamentos de interesses pelas novas dinâmicas de exploração e divisão internacional do trabalho. Na suposição de uma transparência pós-ideológica, haveria em seu trabalho um abandono prático dos “oprimidos”, tidos por irrepresentáveis, idênticos a si mesmos. O apelo de Foucault à cena destes oprimidos seria feito de forma a esfumçar o seu local próprio de produção teórica (a qual Sujeito responde sua intervenção?) e esfumçar os sujeitos concretos da opressão, transformando as cenas investigadas (da clínica, do asilo, da prisão...) em uma “tela alegórica” que impediria uma leitura das narrativas mais amplas do imperialismo (SPIVAK, [1985] 2010, p. 76). Sua produção teórica acabaria se desdobrando numa versão autocontida do Ocidente, ignorando a exploração e o imperialismo – o que ajuda a entender a sua força nos círculos acadêmicos dos EUA, dentre outros.

Uma crítica como essa não se faz enquanto simples “discussão teórica”, de costas para os dramáticos processos vivenciados no campo das lutas populares contra-hegemônicas dos anos 1970 e 1980, capitalizados por ONGs e distintos setores empresariais sob a idealização de uma sociedade civil cosmopolita e “virtuosa” frente a Estados “ineficientes” (FONTES, 2010). A *resistência às formas de opressão* no lugar estratégico das *lutas contra a exploração* e a crítica aos partidos de esquerda por pretenderem falar em nome dos trabalhadores foram dois dos fatores que operaram a favor da segmentação e do engessamento de lutas locais e setoriais, progressivamente geridas sob a forma institucionalizada dos *lobbies*, da filantropia, da gestão “racional” e “eficiente” dos conflitos – preferencialmente sob a forma de gestão privada (sem fins lucrativos) de recursos públicos, deslocados de políticas-direitos universalizantes para ações focalizadas.

Não tem cabimento carimbar o legado foucaultiano como neoliberal *avant la lettre*, não é disso que se trata. Enquanto “general da tática” (IASI, 2002), Foucault deve ter reconhecido o seu papel na formulação de “um

programa admirável de resistência localizada”, que “[...] não é uma alternativa para as lutas macrológicas em termos ‘marxistas’, mas pode complementá-las” (SPIVAK, [1985] 2010, p. 73), sendo extremamente valoroso desde os lugares mais imediatos das lutas “descontínuas” de resistência pontual e dispersa, onde pode e deve reverberar o cerne desse programa (nietzschiano) de “[...] introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*” (FOUCAULT, [1970] 2001, p. 59).

Também não se trata de entrar no mérito (?) das apropriações reformistas e multiculturalistas da obra de Foucault. A questão de fato que me interessa introduzir aqui é mais ampla e se volta ao cerne da teoria do discurso no seguinte sentido: pautada a necessidade de se ultrapassar tentações e facilidades do empirismo, da fragmentação e do ecletismo, cabe a consideração de que o materialismo, por si só, não caracteriza procedimentos e nem mesmo uma postura suficientemente capaz de incorporar produtivamente as muitas contribuições dos historiadores não-marxistas e seus “surpreendentes objetos de reflexão” – numa expressão que Pêcheux dirige à obra de Foucault (PÊCHEUX, [1977] 1980). Concordo com Antonio Gramsci ([1932-35] 1999) em suas duras críticas ao materialismo mecanicista, que seguem em linhas gerais o puxão de orelhas dado por Engels naqueles que pensavam estar de posse de um método poderoso que lhes dispensaria de pensar (e estudar) por si mesmos:

De modo geral, a palavra ‘materialista’, na Alemanha, constitui para muitos escritores jovens apenas uma frase que ajuda a classificar, sem necessidade de maior estudo, tudo o que houve e tudo o que está para acontecer; cola-se este rótulo e acredita-se que se pode dar o assunto por encerrado. No entanto, nossa concepção da história é, antes de tudo, um guia para o estudo e não uma alavanca destinada a erguer construções à maneira hegeliana. [...] A frase do materialismo histórico (de *tudo* se pode fazer uma frase) só serve para que muitos jovens alemães arrumem

apressadamente um sistema a partir de seus próprios conhecimentos históricos relativamente magros [...] e assumam ar de espíritos superiores (ENGELS, 1890, grifo do autor).

Não basta dizer que o homem é fruto do meio, e não de uma interioridade subjetiva qualquer, como qualquer materialismo reconheceria, como não basta desconstruir as certezas das Origens e dos Fins. A intervenção filosófica de Louis Althusser no campo teórico-político do marxismo é exemplar e consistentemente *materialista*, restituindo e/ou promovendo a compreensão dos vazios que fazem da História aquilo que está aí para ser jogado e definido, sem garantias de partida e de chegada – discussão ainda mais explícita e radical nos últimos escritos do filósofo franco-argelino. No entanto, tal como a sua compreensão do homem materialista como aquele que “[...] pega o trem andando sem saber de onde ele vem nem para onde ele vai” (ALTHUSSER, 1993, p. 194), a intervenção do mestre de Pêcheux não ajuda em nada a compreender *o que joga e o que define* a História, que também descarrila e salta, o que não se dá em razão de algum não saber.

Nesse sentido, que demanda a pesquisa permanente do real histórico e de suas diversas contradições, Althusser representa o que Michel Pêcheux explicitamente reprova: “[...] não se fica nunca em dia com o materialismo histórico, ou com o materialismo dialético – e, sobretudo, não se desembaraça deles –, apresentando-os por *antecipação*, isto é, colocando-os *antes* de se começar o trabalho: trabalha-se com” (PÊCHEUX, [1975] 1997c, p. 254, grifos do autor). Eis um daqueles gestos de Pêcheux que ao mesmo tempo se filiam a propostas lançadas por Althusser (há muito trabalho por se fazer) e as superam (fazendo-o).

Penso que contamos com duas chaves, uma de cunho mais teórico e outra de cunho mais prático, como pontos de avanço desse nosso campo de investigações que não para de impor novas questões em razão da própria

complexidade e movência de seus objetos ideológicos. É preciso retomar a intervenção de Engels e tirar-lhe as consequências e os “certos sentidos” de que o trabalho “[...] é a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (ENGELS, [1883] 1976, p. 215).

Mas e se o homem não for uma obra acabada? E se o trabalho segue criando-o? E se neste trabalho, contido em todos os trabalhos, cada vez extrai-se mais (através da mais-valia relativa, mediante o aumento da produtividade) para se chegar a resultados tão insatisfatórios ao conjunto dos que trabalham?

Ou seja, nessa “chave teórica” desenho a necessidade de atentar para a práxis no campo dos estudos discursivos, de modo a podermos de fato apreender e historiografar o trabalho de deslocamento dos sujeitos e dos sentidos no espaço do interdiscurso e em meio a processos dialéticos pelos quais o irrealizado advém, formando sentido no interior do sem-sentido – trabalho esse sempre “[...] mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes [...]” (PÊCHEUX, [1983] 1997a, p. 56). E aí repetimos: as simples alusões à História ou à luta de classes são por demais insuficientes à compreensão dos processos discursivos e ideológicos em sua concretude.

A chave de cunho prático se volta à práxis do próprio Michel Pêcheux e sua equipe, a cultura do trabalho de investigação e escrita cooperativa, como buscamos realizar através do *Contradit*, Coletivo de Trabalho *Discurso e Transformação*, do qual faço parte ao lado de analistas vindos da área de Letras e de outras formações, onde, como o fazem outros grupos de pesquisa, tentamos fazer avançar um modo de produção antagônico ao dominante.

Os modos de subjetivação

Uma das minhas tentativas de contribuir (FONSECA, 2012) com procedimentos voltados à compreensão histórica em meio aos dispositivos de análise do discurso passa pelo que entendo como *trabalho-sujeito*, e que Jacques Rancière chama de *modos de subjetivação*, “[...] produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com uma reconfiguração do campo de experiência” (RANCIÈRE, 1996, p. 47). Esta produção é por mim pensada na região teórico-analítica representada pela terceira modalidade de tomada de posição – a *desidentificação*, segundo Pêcheux ([1975] 1997c) – e pelo advento do irrealizado formando sentido no interior do sem-sentido (PÊCHEUX, [1982] 1990), processos de produção estes que entendo de modo articulado às análises dos efeitos-sujeito, das formas históricas de assujeitamento e captura das redes de memória.

Trabalhando os modos de subjetivação enquanto fenômenos da ordem do acontecimento e do político, que pressupõem um trabalho de deslocamento e separação dos corpos de seu *ethos*, da “[...] voz que supostamente exprime sua alma”, na expressão de Rancière (1996, p. 26), aponto para a pesquisa de experiências singulares do litígio em torno da palavra e da voz, sob a dupla pressão que os sujeitos históricos experimentam entre o sem-sentido e o já-sentido, batimento este que se coloca na iminência de todo dizer. Interessa ver de que modo os sujeitos históricos se esquivam dos efeitos-sujeito, das capturas e filiações da memória, de forma a *interromper os simples efeitos de uma dominação* (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27; p. 103), em meio a contingências desvirtuadoras de um determinado ordenamento social. Ou ainda, dizendo-o com Michel Pêcheux ([1982] 1990, p. 17), interessa ver que “[...] toda genealogia das formas

do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica". Não acredito que se possa falar de *um* discurso revolucionário sob diferentes formas históricas, tanto que estendo essa reflexão para o conjunto dos processos conflitivos que constituem e transformam as formações discursivas, determinados por acontecimentos históricos, discursivos e enunciativos (INDURSKY, 2003, p. 107; 2008, p. 22-30). Ao mesmo tempo, é preciso estar atento às muitas modalidades de resistência à dominação ideológica e a seus efeitos históricos, como as que Pêcheux cita:

[...] não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo a que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: [...] o momento **imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição** (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17).

Parece-me necessário, no entanto, abrir um parêntese e criticar o mestre, exatamente aqui onde ele tanto avança no que diz respeito às perspectivas de fazer avançar a compreensão do real da História e dos sujeitos históricos no quadro das análises discursivas, para além da compreensão dos efeitos-sujeitos. Aponto a lógica em parte foucaultiana da apresentação dos acontecimentos enquanto resultado de efeitos

individuais acumulados, imprevisíveis, inconscientes, etc. Antes de ser foucaultiana essa lógica é freudolacaniana e althusseriana, se aí a entendermos como tributária dos processos de sobredeterminação – que, no espaço do inconsciente, representam um acúmulo de sintomas em parte independentes, em parte ligados entre si, que produzem um trauma; e, no espaço da estrutura social, representariam um acúmulo de circunstâncias contraditórias heterogêneas, de diferentes níveis e origens, que produzem uma ruptura (INDURSKY, 1997, p. 194-195). Somente a terceira e última parte desse recorte nos autoriza a identificar tal lógica. No entanto, considerando outros textos de Pêcheux, como *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, vemos que Jacques Guilhaumou tem alguma razão ao afirmar que a recusa inicial de Pêcheux e dos linguistas marxistas quanto ao gesto foucaultiano de substituir o movimento dialético pelo *movimento de interpretação* seria, nos anos 1980, “fortemente corrigido”, abrindo com atraso a análise de discurso ao questionamento hermenêutico (GUILHAUMOU, 2009, p. 23).

Diferentemente do modo como Guilhaumou concebe o materialismo histórico – em uma pressuposição da existência de uma formação social pré-construída, “uma de suas concepções previstas” (onde?) –, parece-nos que a falta com a dialética nos condena a um mapeamento infinito de microfissuras e micropoderes de modo a ficarmos oportunamente (para as classes dominantes) cegos para as macrologias da exploração econômica e da dominação política. O modo dialético como Gayatri Spivak entrelaça os dois níveis merece ser trazido: para ela, a relação entre o capitalismo global e as alianças entre os Estados é tão macrológica que

[...] não pode ser responsável pela textura micrológica do poder. Para se compreender tal responsabilidade, deve-se procurar entender as teorias da ideologia – de formações de sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erraticamente,

operam os interesses que solidificam as macrologias (SPIVAK, [1985]2010, p. 42-43).

Assim, não vejo absolutamente nenhum benefício político ou científico em atentarmos às diversas formas de resistência ideológica cotidiana – tais como não “escutar” as ordens, não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, tomar os enunciados ao pé da letra etc. – se desatentarmos aos processos dialéticos pelos quais o irrealizado advém formando sentido no interior do sem-sentido. Não existe espontaneidade pura na História, o que faria coincidir com uma mecanicidade pura (GRAMSCI, [1929-35] 2002, p. 194). Entendo que toda prática de resistência *pode* ser agenciada num processo interior às relações sociais – que não são “pressupostas” ou “pré-construídas”, segundo uma leitura indesejante do materialismo histórico, mas são relações que existem objetivamente sob formas históricas de divisão, coerção e interesses materiais, e que existem também sob as formas históricas de representação e enfrentamento subjetivo. É dessa forma que, assim como a sociedade não é um somatório de indivíduos, a transformação não se configura jamais como somatória de resistências individuais e pontuais, ela é sempre fruto da práxis dos sujeitos no interior das condições históricas, práxis esta que se impõe para além das estruturas e dos acontecimentos.

Considerações Finais

A interpretação do marxismo enquanto portador de uma teoria determinista da História não é simplesmente uma elucubração, mas uma supervalorização de algumas considerações de Marx em detrimento de outras, sobretudo no que diz respeito à forma como se compreende a categoria de *forças produtivas*. Segundo João Bernardo ([1991] 2009, p. 408-415), toda uma vertente no campo do marxismo se desenvolveu atribuindo um papel exagerado ao mercado na reprodução do capitalismo, deixando de lado o caráter intrinsecamente capitalista das forças

produtivas que este sistema erige. Isso faz com que muitos marxistas – com o Marx de *O Capital* à frente – vejam o sistema de organização interna das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, etc., contendo em si o germe de sua superação, bastando alterar-se a sua utilização. Não é outra coisa que o mito da inocência da máquina, com a o sério agravante do desvio que se permite em relação ao problema e aos processos da mais-valia. A essa vertente o autor português chama de “marxismo das forças produtivas”, que se pode compreender também pela figura do determinismo, que rebaixa o lugar da prática política a algo inessencial à reprodução-transformação do todo social.

Concordo com Jacques Rancière ao defender que o proletariado não é o nome de uma vítima universal, mas antes o nome do sujeito universalizante de um dano, um modo de subjetivação política, de organização de um litígio (RANCIÈRE, 1996, p. 89-98). Para ser consequente com essa compreensão há de se acompanhar estes processos-litígios, instaurar escutas em seu cotidiano, optando por desenvolver aquilo que João Bernardo ([1991] 2009) chama de “marxismo das relações de produção”, heterodoxo e, acrescentamos, capaz de incorporar toda a contribuição teórica e política pertinente à elucidação e mobilização do lugar, dos dilemas e devires das maiorias proletarizadas.

Penso que a categoria fundamental do *trabalho*, enquanto índice de reprodução/transformação e de vínculo a um projeto de classe, é a que melhor permite compreender a discursividade e a prática política da ruptura com as identidades (com as identificações, pontos de estabilização), sem que para isso se deixe de mobilizar o acaso, o equívoco, e o inconsciente. Curiosamente, podemos buscar apoio a este ponto na exposição feita por um historiador foucaultiano que diz recusar a perspectiva científica para esta disciplina: Paul Veyne. Ele aponta três tipos de causalidade histórica, *sempre* atuantes: as causas

superficiais (acazos); as causas materiais (objetivas, causas de base); e as causas finais (subjetivas, índice da liberdade humana). “Enquanto houver homens, não haverá fins sem meios materiais, os meios só serão meios em relação aos fins e o acaso existirá apenas pela ação humana” (VEYNE, [1971] 1998, p. 87). Ou seja, só há História (como só há discurso, poder, língua, pensamento...) pela ação dos homens, socialmente concebidos, por meio do trabalho desigual e socialmente dividido, que não responde apenas a e sempre extrapola as suas finalidades – o trabalho sob as relações capitalistas é o maior exemplo, sendo ele aí empregado na condição de produzir mais-valia e assim valorizar o valor, para além de seu emprego empírico, de sua finalidade, o que se torna efetivamente característico do regime de mais-valia relativa, pautado no aumento da produtividade do tempo e da capacidade de trabalho, e não no aumento *do* trabalho.

É por vias como estas que venho buscando abrir as bibliotecas e dar trabalho à AD em seu próprio campo, atualizando os sentidos de sua constituição enquanto teoria da determinação histórica dos processos semânticos e parte de uma reflexão marxista sobre os processos ideológicos. Se o *outro* e o *real* determinam as interpretações em suas aberturas e fechamentos, em suas derivas e estabilizações, entendo que este reconhecimento implica uma práxis *materialista-e-histórica* enquanto posição de trabalho, o que representa uma “questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, [1983] 1997a, p. 57).

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *O futuro dura muito tempo: os fatos*. Tradução de R. F. d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. [1964] *Freud e Lacan*. [1976] *Marx e Freud*. Tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BADIOU, Alain. [1969] O (re)começo do materialismo dialético. Tradução de Elisabete Pereira dos Santos. In: ALTHUSSER & BADIOU. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo: Global, 1979, p. 7-32.
- BERNARDO, João. [1991] *Economia dos Conflitos Sociais 2*. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. [1992] Uma genealogia da análise do discurso. In: _____. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 37-57.
- DOSSE, François. [1987]. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio / Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- ENGELS, Friedrich. [1883] *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Carta a Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890. Disponível em <<http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels050890.htm>> Acesso em 02 fev2012.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. *A interdição discursiva: o caso da Conjuração Baiana e outros limites à participação popular na história brasileira*. Porto Alegre, 2012. 264p. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. [1970] *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GADET, F. et al. [1982] Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. Tradução de Pedro de Souza. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso* – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2011, p. 55-71.

GRAMSCI, Antonio. [1929-35] *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política 2.ed. Tradução de Luís S. Henriques, Marco A. Nogueira e Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. [1932-35] *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Coordenação e organização da tradução: Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI (org.) *Gestos de leitura da história no discurso* – homenagem a Denise Maldidier. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. [1977] *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Ma. Fausta Pereira de Castro. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1992.

HERBERT, Thomas (Michel Pêcheux) [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, e especialmente, da psicologia social. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso* – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2.ed. Campinas (SP): Pontes, 2011, p. 21-54.

IASI, Mauro Luís. *O dilema de Hamlet*. O ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002.

INDURSKY, Freda. Unicidade, Desdobramento, Fragmentação: trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, vol. 17, n. 35, p. 101-121, out 2003.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1997.

LEFEBVRE, Henri. [1963] Reflexões sobre o estruturalismo e a história. In: _____ et al. *O método estruturalista*. Tradução, organização e introdução de Carlos Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 80-103.

MALDIDIER, Denise. [1990] *A inquietação do discurso* – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas (SP): Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: histórias e práticas*. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni. Para onde vai a Análise do Discurso? Qual o seu objeto? Conferência de abertura do *V SEAD*, Porto Alegre, UFRGS, 20/09/2011.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3.ed. Campinas (SP): Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. [1982] Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: _____. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi*. 2.ed. Campinas (SP): Pontes, 2011a, p. 107-119.

_____. [1981] Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: _____. *Análise de Discurso* – Michel Pêcheux. Campinas (SP): Pontes, 2011b, p. 131-140.

_____. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 2.ed. Campinas (SP): Pontes, 1997a.

_____. [1978] Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1997b, p. 293-304.

_____. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 3.ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1997c.

_____. [1969] Análise Automática do Discurso. In: GADET; HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1997d, p. 61-161.

_____. [1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas (SP), n. 19, p. 7-24, jul.-dez./1990.

_____. [1977] Remontemos de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Monforte (org.). *El discurso político*. Tradução de Ma. do Rosário Gregolin. México: Nueva Imagen, 1980, p. 181-200. Fotocópia.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. [1981] *A língua inatingível*. Tradução de Bethania Mariani e Ma. Elizabeth C. de Mello. Campinas (SP): Pontes, 2004.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI; SARGENTINI (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 7-38.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAMPAIO, Benedito Arthur; FREDERICO, Celso. *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEYNE, Paul. [1971] *Como se escreve a história*. [1978] *Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

ZIZEK, Slavoj. *Lacrimae rerum: ensaios sobre cinema moderno*. Tradução de Isa Tavares e Ricardo Gozzi. São Paulo: Boitempo, 2009.

[Recebido em 29 de maio de 2012
e aceito para publicação em 29 de agosto de 2012]